



Número: **0601328-27.2018.6.27.0000**

Classe: **REPRESENTAÇÃO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Juiz Auxiliar - João Rigo Guimarães**

Última distribuição : **03/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Conduta Vedada a Emissora de Rádio/Televisão na Programação Normal**

Objeto do processo: **Trata-se de REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA (INFORMAÇÕES INVERÍDICAS) E CONCESSÃO DE DIREITO DE RESPOSTA formulada pela Coligação "GOVERNO DE ATITUDE" (PHS/PP/DEM/PTC/PRB/AVANTE/PATRIOTA/PROS/SD) e MAURO CARLESSE, em face da Coligação "A VERDADEIRA MUDANÇA" e CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA divulgarem propaganda eleitoral irregular, com a finalidade de denegrir a imagem do governador e candidato à reeleição, (INSERÇÕES de 0:30 (trinta segundos) no dia 03/10/2018, na TV ANHANGUERA às 08:17 e RECORD às 08:10), contendo as matérias , montagem, trucagem, notícias falsas (editadas) e inverdades acerca da apreensão de valores.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
GOVERNO DE ATITUDE 31-PHS / 77-SOLIDARIEDADE / 11-PP / 25-DEM / 36-PTC / 10-PRB / 70-AVANTE / 51-PATRI / 90-PROS (REPRESENTANTE)	JUVENAL KLAYBER COELHO (ADVOGADO) ADRIANO GUINZELLI (ADVOGADO) DIOGO KARLO SOUZA PRADOS (ADVOGADO) ANTONIO NEIVA REGO JUNIOR (ADVOGADO) LILIAN ABI JAUDI BRANDAO LANG (ADVOGADO) PEDRO HENRIQUE HOLANDA AGUIAR FILHO (ADVOGADO) RENATO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) STEPHANE MAXWELL DA SILVA FERNANDES (ADVOGADO)
MAURO CARLESSE (REPRESENTANTE)	JUVENAL KLAYBER COELHO (ADVOGADO) ADRIANO GUINZELLI (ADVOGADO) ANTONIO NEIVA REGO JUNIOR (ADVOGADO) DIOGO KARLO SOUZA PRADOS (ADVOGADO) JAYNE GONCALVES DAMACENO (ADVOGADO)
A VERDADEIRA MUDANÇA 40-PSB / 15-MDB / 22-PR / 19-PODE / 20-PSC / 45-PSDB (REPRESENTADO)	
CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA (REPRESENTADO)	
Procuradoria Regional Eleitoral de Tocantins (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67582	03/10/2018 17:47	Decisão	Decisão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

REPRESENTAÇÃO (11541) - Processo nº 0601328-27.2018.6.27.0000 - Palmas - TOCANTINS

RELATOR: Juiz(a) JOAO RIGO GUIMARAES

REPRESENTANTE: GOVERNO DE ATITUDE 31-PHS / 77-SOLIDARIEDADE / 11-PP / 25-DEM / 36-PTC / 10-PRB / 70-AVANTE / 51-PATRI / 90-PROS, MAURO CARLESSE

Advogados do(a) REPRESENTANTE: JUVENAL KLAYBER COELHO - TO000182, ADRIANO GUINZELLI - TO2025, DIOGO KARLO SOUZA PRADOS - TO5328, ANTONIO NEIVA REGO JUNIOR - TO7512-B, LILIAN ABI JAUDI BRANDAO LANG - TO1824, PEDRO HENRIQUE HOLANDA AGUIAR FILHO - TO4734, RENATO DE OLIVEIRA - TO4721, STEPHANE MAXWELL DA SILVA FERNANDES - TO1791

Advogados do(a) REPRESENTANTE: JUVENAL KLAYBER COELHO - TO000182, ADRIANO GUINZELLI - TO2025, ANTONIO NEIVA REGO JUNIOR - TO7512-B, DIOGO KARLO SOUZA PRADOS - TO5328, JAYNE GONCALVES DAMACENO - TO8388

REPRESENTADO: A VERDADEIRA MUDANÇA 40-PSB / 15-MDB / 22-PR / 19-PODE / 20-PSC / 45-PSDB, CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA

Advogado do(a) REPRESENTADO:

Advogado do(a) REPRESENTADO:

DECISÃO

Trata-se de REPRESENTAÇÃO ELEITORAL C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ajuizada pela COLIGAÇÃO "GOVERNO DE ATITUDE" e MAURO CARLESSE em face da COLIGAÇÃO "A VERDADEIRA MUDANÇA" e CARLOS AMASTHA (ID 67510).

Os Representantes alegam que *os representados elaboraram e divulgaram vídeo com propaganda eleitoral em desrespeito à legislação corrente, com a finalidade exclusiva de denegrir a imagem do governador e candidato à reeleição da Coligação Governo de Atitude e contendo fatos inverídicos, com o fim de denegrir a imagem de MAURO CARLESSE, veiculando por meio de INSERÇÃO, com duração de 0:30 (trinta segundos) no dia 03/10/2018, na TV ANHANGUERA às 08:17 e RECORD às 08:10 propaganda eleitoral contendo matérias jornalísticas, montadas, com notícias falsas*



(editadas) e com inverdades a cerca da apreensão de valores. Em total ofensa à legislação eleitoral.

Ao final, pugna:

a) Diante das várias informações inverídicas constantes na propaganda veiculada, suplica o deferimento de TUTELA DE URGÊNCIA, no sentido de, imediatamente notificar os representados e, principalmente, a Televisão Geradora e as Repetidoras para que deixem de veicular a citada propaganda.

b) No mérito, diante das informações inverídicas constante, que seja deferido o presente pedido de DIREITO DE RESPOSTA, determinando-se a veiculação da mesma, POR IGUAL PERÍODO DE TEMPO e número de inserções veiculadas, bem como, tendo em vista estar encerrando o período de propaganda eleitoral gratuita, que seja deferida a veiculação do direito de resposta na sexta-feira ou sábado.

Colaciona o vídeo e transcreve o texto da propaganda (ID 67513).

É o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar subordina-se à demonstração da existência da fumaça do bom direito (*fumus boni juris*) e do perigo da demora (*periculum in mora*), de forma a evidenciar prejuízo irreparável ao representante acaso concedido provimento judicial tardio.

Assim, cabe ao julgador um juízo mínimo de delibação a respeito das questões jurídicas presentes no pedido principal.

Como venho de relatar, imputa-se aos representados a produção e divulgação de vídeo com propaganda eleitoral em desrespeito à legislação corrente, com a finalidade exclusiva de denegrir a imagem do governador e candidato à reeleição da Coligação Governo de Atitude e contendo fatos inverídicos, com o fim de denegrir a imagem de MAURO CARLESSE, veiculando por meio de INSERÇÃO, com duração de 0:30 (trinta segundos) no dia 03/10/2018, na TV ANHANGUERA às 08:17 e RECORD às 08:10 propaganda eleitoral contendo matérias jornalísticas, montadas, com notícias falsas (editadas) e com inverdades a cerca da apreensão de valores. Em total ofensa à legislação eleitoral.

A matéria encontra parâmetro normativo no art. 58 da Lei nº 9.504/97, *in verbis*:

Art. 58. A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.

Os dispositivos supramencionados são concretizações de dois princípios vetores da propaganda eleitoral, *informação* e *veracidade*. Significa dizer que os eleitores têm direito de receber toda a gama de informações acerca dos candidatos, partidos e coligações que disputam o pleito. E, por outro lado, aquele que presta as informações deve observar o dever de fazê-lo de forma fidedigna, abstendo-se de



divulgar fatos sabidamente inverídicos, o que é diferente de opinião contrária, bem como fatos que denigram a imagem de candidato.

A mídia audiovisual anexada à exordial possui 30 (trinta) segundos de duração e se utiliza de imagens de matérias jornalísticas com a finalidade de vincular valores apreendidos em operações policiais ao candidato Mauro Carlesse. Eis o teor da propaganda impugnada (ID 67513):

OFF: QUINHENTOS MIL REAIS FORAM APREENDIDOS PELA POLÍCIA FEDERAL COM O IRMÃO DO DEPUTADO OLINTO NETO QUE É UM DOS MAIORES APOIADORES DO GOVERNADOR CARLESSE.

NO DIA SEGUINTE A PM APREENDEU MAIS UM MILHÃO DE REAIS COM DOIS HOMENS EM PORTO NACIONAL.

NA ELEIÇÃO DE 2016 A POLÍCIA CIVIL FLAGROU QUINHENTOS MIL REAIS NUM AVIÃO E ISSO GEROU A CASSAÇÃO DO GOVERNADOR. DE ONDE VEM TANTO DINHEIRO NA VÉSPERA DE ELEIÇÃO.

Ocorre que as matérias jornalísticas sobre os fatos propagados não vinculam a referida candidatura ao numerário apreendido e, de mais a mais, os fatos são recentes e estão sob investigação da polícia judiciária ((<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2018/10/02/pf-investiga-se-malas-apreendidas-com-r-> <acesso em 03/10/2018, às 13:22)

Ressalto, ainda, que o candidato Olynto Neto não pertence à coligação dos representantes, sendo que seu partido compõe a chapa adversária no pleito majoritário.

Desta forma, pelo menos em juízo de cognição sumária, vislumbro na propaganda impugnada a deturpação de matérias jornalísticas, com a nítida finalidade de vincular a candidatura do representante aos valores apreendidos.

O *fumus boni juris*, portanto, está presente, dada a probabilidade do direito. E, bem assim, o *periculum in mora* é latente, uma vez que a manutenção do vídeo pode trazer prejuízos irreparáveis ao representante.

Ante o exposto, **concedo a tutela de urgência** para fins de suspender a veiculação da propaganda impugnada (ID 67513) no horário eleitoral gratuito, bem como nas redes sociais dos representados, sob pena de *multa de* R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por eventual descumprimento do comando judicial, com base no art. 537 do CPC.

Notifique-se a parte representada para, caso queira, apresente resposta no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Com ou sem defesa, vista à Procuradoria Regional Eleitoral, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Intime-se a parte representante.



Cumpra-se, servindo esta decisão de mandado, no que couber. Expeça-se o necessário.

Após, conclusos.

Juiz Auxiliar **JOÃO RIGO GUIMARÃES**

